



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

UT-10 Nº 010/2015 - PERMISSOR: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, representado pelo seu Superintendente Regional no Estado do Rio Grande do Sul, Pedro Luzardo Gomes. PERMISSÃO: CEEE D - COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, representada pelo seu Diretor Presidente Paulo de Tarso Gaspar Pinheiro Machado e pelo seu Diretor Júlio Elói Hofer. INSTRUMENTO: Contrato de Permissão Especial de Uso para Travessia da Faixa de Domínio na rodovia federal BR-101/RS, trecho: DIV SC/RS (RIO MAMPITUBA) - RIO GRANDE, PNV 101BRS4360, subtrecho: ENTR RS-494 (TRÊS CACHOEIRAS) - ENTR RS-417 (TRÊS FORQUILHAS), com travessia no km 27+800m, numa extensão de 60m (sessenta metros), perfazendo uma área total de 90m² (noventa metros quadrados), com a exclusiva finalidade da sua utilização, pela PERMISSÃO, para implantação de travessia de rede de energia elétrica, visando atendimento à Prefeitura Municipal no Município de Três Cachoeiras/RS. FUNDAMENTO LEGAL: Alínea "d", artigo 1º do Decreto Lei nº 512, de 21/03/1969; Decreto nº. 84.398/80, de 16/01/1980, alterado pelo Decreto nº. 86.859, de 19/01/1982, artigo 103 do Código Civil Brasileiro, artigo 2º, inciso IV da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000; inciso VIII do artigo 82 e parágrafo 1º e inciso IV do artigo 89 da Lei nº. 10.233, de 05/05/2001, artigo 12 da lei nº 9.784, de 29/01/1999, parágrafo 2º do artigo 24 da Estrutura Regimental do DNIT, aprovada pelo Decreto nº 8.489, de 10/07/2015, inciso III e parágrafo único do Artigo 124 do Regimento Interno do DNIT, anexo à Resolução nº 10, de 31/01/2007, do CA/DNIT, Resolução nº 11, de 27/03/2008, Portaria/DG nº 529, de 21/05/2008, artigo 6º da Portaria nº 1.511 DG/DNIT, de 12/09/2014 e lavratura devidamente autorizada no despacho do Sr. Superintendente Regional no Estado do Rio Grande do Sul, datado de 02/06/2015, às fls 45, conforme consta do Processo Administrativo nº 50610.001675/2013-99. VALOR DA REMUNERAÇÃO ANUAL AO PERMISSOR: A ocupação a que se refere a CLÁUSULA PRIMEIRA será sem ônus para a PERMISSÃO. PRAZO: 5 (cinco) anos consecutivos. O prazo e eficácia serão contados a partir da data de sua publicação em extrato no DOU. PROCESSO Nº: 50610.001675/2013-99. DATA DA ASSINATURA: 02/06/2015.

VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A

EXTRATOS DE CONTRATOS

Espécie: Contrato nº 21/2016, firmado entre a VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A. e o CONSÓRCIO TRANSCONTINENTAL, CNPJ sob o nº 02.943.209/0001-14. Objeto: Execução dos serviços de manutenção da via permanente do trecho ferroviário do km 1.319,000 até o km 1.525,000, entre Uruaçú/GO e Anápolis/GO, referente ao Lote 02, considerando as etapas: preventiva, corretiva e preditiva. Vigência do Contrato: 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura. Valor: R\$ 20.705.000,00 (vinte milhões, setecentos e cinco mil reais). Nota de Empenho: 2016NE000344. Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico nº. 005/2015. Fundamentação Legal: Lei nº. 10.520/02; Dec. nº. 3.555/00; Dec. nº. 5.450/05; Dec. nº. 3.722/01; LC nº. 123/2006; Dec. nº. 6.204/07; IN-MPOG nº. 02/2008; IN-MPOG nº. 02/2010; e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.666/93. Data da assinatura: 03/03/2016. Processo nº 51402.112035/2015-93.

Espécie: Contrato nº 22/2016, firmado entre a VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A. e o CONSÓRCIO TRANSCONTINENTAL, CNPJ sob o nº 02.943.209/0001-14. Objeto: Execução dos serviços de manutenção da via permanente do trecho ferroviário do km 1.029,890 até o km 1.319,000 da Ferrovia Norte-Sul - FNS, entre Alvorada/TO e Uruaçú/GO, referente ao Lote 01, considerando as etapas: preventiva, corretiva e preditiva. Vigência do Contrato: 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura. Valor: R\$ 24.890.916,13 (vinte e quatro milhões, oitocentos e noventa mil, novecentos e dezesseis reais e treze centavos). Nota de Empenho: 2016NE000345. Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico nº. 005/2015. Fundamentação Legal: Lei nº. 10.520/02; Dec. nº. 3.555/00; Dec. nº. 5.450/05; Dec. nº. 3.722/01; LC nº. 123/2006; Dec. nº. 6.204/07; IN-MPOG nº. 02/2008; IN-MPOG nº. 02/2010; e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.666/93. Data da assinatura: 03/03/2016. Processo nº 51402.112035/2015-93.

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE CONTRATO CNMP Nº 8/2016

Processo: 0.00.002.001057/2015-09. Contratante: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CNPJ: 11.439.520/0001-11. Contratada: AMÉRICA TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICOS LTDA. CNPJ: 06.926.223/0001-60. Objeto: Prestação de serviços continuados de suporte, manutenção corretiva e eventual, com fornecimento de peças on-site, 24 horas por dia e 7 dias por semana de equipamentos de informática, instalados nas dependências do Conselho Nacional do Ministério Público, conforme relação dos equipamentos presentes no Lote II do Termo de Referência - Serviços, Armazenamento e Backup. Modalidade: Pregão

Eletrônico CNMP nº 026/2015. Valor: R\$ 48.020,00 (quarenta e oito mil e vinte reais). Vigência: 02/03/2016 a 02/03/2017. Data de Assinatura: 02/03/2016. Signatário da Contratante: ROBERTO FUINA VERSIANI. Signatário da Contratada: FÁBIO PILOLO CATELLI. Programa/Atividade: 03.032.2100.8010.0001 Categoria Econômica: 3.3.90.39. Nota de Empenho: 2016NE000094.

EXTRATO DE CONTRATO CNMP Nº 9/2016

Processo: 0.00.002.001057/2015-09. Contratante: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CNPJ: 11.439.520/0001-11. Contratada: REDISUL INFORMÁTICA LTDA. CNPJ: 78.931.474/0001-44. Objeto: Prestação de serviços continuados de suporte, manutenção corretiva e eventual, com fornecimento de peças on-site, 24 horas por dia e 7 dias por semana de equipamentos de informática, instalados nas dependências do Conselho Nacional do Ministério Público, conforme relação dos equipamentos presentes no Lote I do Termo de Referência - Ativos de Rede. Modalidade: Pregão Eletrônico CNMP nº 026/2015. Valor: R\$ 75.936,16 (setenta e cinco mil, novecentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos). Vigência: 02/03/2016 a 02/03/2017. Data de Assinatura: 02/03/2016. Signatário da Contratante: ROBERTO FUINA VERSIANI. Signatária da Contratada: RENATA MONTEIRO RAMOS COUTO. Programa/Atividade: 03.032.2100.8010.0001 Categoria Econômica: 3.3.90.39. Nota de Empenho: 2016NE000093.

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO CNMP Nº 27/2014

Processo: 0.00.002.000252/2016-94. Contratante: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CNPJ: 11.439.520/0001-11. Contratada: ASC - SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA. CNPJ: 02.961.711/0001-58. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato pelo período compreendido entre 01/03/2016 e 01/06/2016, ou até que se celebre um novo contrato com objeto semelhante, o que ocorrer primeiro, nos termos da cláusula quinta do contrato original. Valor do Termo: R\$ 254.696,22 (duzentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e noventa e seis reais e vinte e dois centavos). Vigência: 01/03/2016 a 01/06/2016. Data de Assinatura: 01/03/2016. Signatário da Contratante: ROBERTO FUINA VERSIANI. Signatária da Contratada: FRANCIVANE GUIMARÃES DA SILVA. Programa/Atividade: 03.032.2100.8010.0001. Categoria Econômica: 3.3.90.37. Nota de Empenho: 2016NE0000117.

AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO Nº 1/2016

Comunicamos o adiamento da licitação supracitada, publicada no D.O.U. de 02/03/2016. Entrega das Propostas: a partir de 02/03/2016, às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 17/03/2016, às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para prestação do serviço de certificação digital para usuários e equipamentos, dentro das especificações e normas ICP-Brasil, incluindo o fornecimento de dispositivos para armazenamento de certificados digitais do tipo token USB, visando atender às necessidades do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

FABIANA BITTENCOURT GARCIA
SOARES DE LIMA
Pregoeiro

(SIDEAC - 03/03/2016) 590001-00001-2016NE000066

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO

PARTÍCIPES: O Ministério Público Federal - MPF e o Ministério Público Militar - MPM. OBJETO: Transferência de tecnologia para o recebimento e processamento de informações advindas do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias - SIMBA - com o objetivo de agilizar os procedimentos investigativos. Vigência: 24/02/2016 a 24/02/2021. Assinam: RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS, Procurador-Geral da República, MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA, Procurador-Geral de Justiça Militar.

AVISO DE CANCELAMENTO

O Ministério Público Federal - MPF cancela e torna sem efeito o extrato do 1º termo Aditivo firmado entre o MPF e o MPM publicado no DO, dia 02/03/2016, seção 3, página 108.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Procurador-Geral da República

ESCOLA SUPERIOR

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 16/2016. Contratante: União, por intermédio da ESMPU. Contratada: HBL CARIMBOS E PLACAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Objeto: fornecimento de carimbos, borrachas e refis, visando atender às necessidades da ESMPU. Modalidade: Pregão Eletrônico CNMP nº 03/2015, Ata de Registro de Preços CNMP nº

01/2015. Vigência: de 01/03/2016 até 08/05/2016. Data de Assinatura: 01/03/2016 Valor Total: R\$ 968,00 Nota de empenho: 2016NE000075, datada de 22/02/2016. Programa de Trabalho: 03128058120HP0001. Elemento de Despesa: 3.3.90.30. Processo: 217/2016-58. Signatários: CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA, pela Contratante, JOSÉ VIEIRA DA SILVA, pela Contratada.

RETIFICAÇÃO

No extrato do Contrato n. 14/2016, publicado no D.O.U do dia 17/02/2016, seção 3, edição n. 31, página 159, onde se lê Vigência: 16/02/2016 até 15/02/2017, leia-se Vigência: 16/02/2016 até 16/02/2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE RESCISÃO

O Ministério Público Federal, por meio de seu Secretário de Administração, Senhor Lúcio Mário Mendonça de Góis, fundamentado na Cláusula Décima Segunda, Parágrafo Segundo, do Termo de Contrato nº 44/2015, c/c o artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, torna público a rescisão amigável do Termo de Contrato nº 44/2015, firmado com a empresa HBL Carimbos e Placas, Indústria e Comércio Ltda - ME. CNPJ: 72.649.361/0001-74, que tem por objeto o fornecimento de carimbos, borrachas e refis. Processo MPF/PGR nº 1.00.000.009516/2015-59.

EDITAL DE CITAÇÃO

A Assessoria de Análise de Infrações e Sanções Administrativas da Secretária de Administração do Ministério Público Federal, em consonância ao que dispõe o § 4º do art. 26 da Lei nº 9.784/99, NOTIFICA a empresa COMANDO FORMAÇÃO DE BOMBEIROS PARTICULARES LTDA-ME, CNPJ nº 07.675.984/0001-50, que cria embaraços ao recebimento das correspondências, para ciência do Relatório de Instauração nº 93/2015 que apura descumprimento do Termo de Contrato nº 73/2014, decorrente do Pregão nº 31/2014, cujos autos (Processo nº 1.00.000.010263/2015-66) se encontram franqueados para consulta e cópia desde o início da instauração na Assessoria de Análise de Infrações e Sanções Administrativas - ASSAD/SA, sito na SAF Sul, Qd. 04, Conj. "C", Bl. "B", sala 204, - Brasília/DF, das 12h30 às 18h00, conferindo-lhe o prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da publicação deste, para apresentar defesa prévia.

CLÁUDIO SILVA DUARTE
Assessor Chefe da ASSAD

AVISO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2016 - UASG 200100 - SRP

Processo nº 1.00.000.019086/2015-83
O pregoeiro da Procuradoria Geral da República torna público, para conhecimento dos interessados, que o objeto do Pregão suprarreferenciado foi adjudicado, pelo critério de menor preço, às empresas: PAPELARIA E BAZAR POLGRYMAS, para o GRUPO 1 e INLABEL SOLUÇÕES EM ROTULOS, ADESIVOS EIRELI - EPP para o item 07.

FRANCISCO ARÚJO
Pregoeiro

AVISO DE PENALIDADE

A Assessoria de Análise de Infrações e Sanções Administrativas da Secretária de Administração do Ministério Público Federal, em consonância ao que dispõe o § 4º do art. 26 da Lei nº 9.784/99, COMUNICA que o Sr. Secretário Geral Adjunto do Ministério Público Federal, com fundamento no art. 6º, inciso XXVI, do Regimento Interno do MPF, aprovado pela Portaria PGR nº 382, de 5/5/2015, conheceu do Recurso Administrativo interposto pela empresa COMANDO FORMAÇÃO DE BOMBEIROS PARTICULARES LTDA-ME, CNPJ nº 07.675.984/0001-50, e, no mérito, deu parcial provimento para que a multa seja limitada a 10% do contrato no valor originário de R\$ 14.124,99 (catorze mil cento vinte quatro reais e noventa e nove centavos), tendo em vista que ficou caracterizado o descumprimento da obrigação assumida no Termo de Contrato nº 73/2014, e o consequente registro da penalidade no SICAF, conforme apuração do processo administrativo MPF/PGR nº 1.00.000.001576/2015-23, cuja decisão foi objeto de comunicação pessoal por diligência no local sem êxito na entrega, e que encontra franqueado para consulta na Assessoria de Análise de Infrações e Sanções Administrativas ASSAD-SA, sito na SAF Sul, Qd. 04, Conj. "C", Bl. "B", sala 204, - Brasília/DF, das 12h00 às 18h00. Em face da decisão, encontra-se nesta ASSAD a Guia de Recolhimento da União-GRU, para o seu recolhimento no prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação do presente aviso, sem o que o valor será cobrado judicialmente ou outro meio permitido no instrumento do contrato. Tão logo ocorra o pagamento, o comprovante de quitação deverá ser entregue a esta Assessoria.

CLÁUDIO SILVA DUARTE
Assessor Chefe da ASSAD

PROCURADORIA DA REPÚBLICA
NO DISTRITO FEDERALAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2016 - UASG 200023

Nº Processo: 001479/2015-71. Objeto: Pregão Eletrônico - A presente licitação tem o objetivo de obter a proposta mais vantajosa para o Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de almoxarife, assistentes administrativos nível II, assistentes administrativos nível básico, operadores(as) de mesa telefônica e recepcionistas, nas dependências do edifício-sede da Procuradoria da República no Distrito Federal (PRDF) e Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU). Total de Itens Licitados: 00005. Edital: 04/03/2016 de 14h00 às 17h59. Endereço: Sgas- Q. 604 Lote 23 - L2 Sul BRASÍLIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200023-05-2-2016. Entrega das Propostas: a partir de 04/03/2016 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 16/03/2016 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

VICTOR PEREIRA DE REZENDE JUNIOR
Pregoeiro

(SIDE - 03/03/2016) 200100-00001-2016NE000281

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 2º Termo Aditivo ao Contrato N.º 01/2014 Ref.: PA 1.17.000.000545/2012-13 Contratantes: UNIÃO FEDERAL, por intermédio da Procuradoria da República no Espírito Santo e a empresa ELEVADORES NACIONAL LTDA; CNPJ sob o n.º 28.168.052/0001-90; Objeto: prorrogação do prazo de vigência do contrato administrativo celebrado para a modernização tecnológica das instalações de 2 (duas) unidades de transporte vertical do edifício-sede da Procuradoria da República no Espírito Santo. Fundamento Legal: Lei nº 10.52, de 17/07/02; Prazo de vigência do contrato: 30 de junho de 2017; Vigência: a contar da data de assinatura. Data da assinatura: 29/02/2016; Assinam: RODRIGO VIEIRA TEIXEIRA, Secretário Estadual da PR/ES pela contratante e ARY LEONARDO BARBOSA FERREIRA pela contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DE GOIÁS

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Extrato do 2º termo aditivo - contrato nº 03 /2014. Contratante: UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 26.989.715/0014-27. Contratada: CENTRO OESTE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.701.639/0001-55. Objeto: prorrogação do prazo de vigência e repactuação do preço mensal do Contrato nº 03/2014, referente à prestação de serviços terceirizados de natureza contínua, de vigilância armada, desarmada e segurança patrimonial, na Procuradoria da República em Luziânia/GO. Assinam: Emerson Fernandes Martins, Secretário Estadual da Contratante; Cilmar José de Oliveira, representante da Contratada. Aprovação do Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Goiás, Marcello Santiago Wolff; Processo de referência nº 1.18.000.000345/2014-87. Data de assinatura: 18.02.2016.

Extrato do 3º termo aditivo - contrato nº 03 /2014. Contratante: UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 26.989.715/0014-27. Contratada: CENTRO OESTE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.701.639/0001-55. Objeto: adequação quantitativa dos postos de trabalho mediante a supressão de 25% do objeto originalmente contratado, o que equivale a não mais utilizar 01 (um) posto de vigilância armada 12 x 36 horas noturna, com vigência a partir de 1º/03/2016. Assinam: Emerson Fernandes Martins, Secretário Estadual da Contratante; Cilmar José de Oliveira, representante da Contratada. Aprovação do Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Goiás, Marcello Santiago Wolff; Processo de referência nº 1.18.000.000345/2014-87. Data de assinatura: 29.02.2016.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DO MARANHÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2015; Contratante: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Maranhão; Contratada: HERMES FONSECA E CIA. LTDA.; Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 06 (seis) meses, até setembro/2016; Fundamento Legal: art. 57, inc. II, §1º, da Lei nº 8.666/1993; Processo: MPP/PR/MA nº 1.19.000.001309/2014-01; Cobertura Orçamentária: Elemento 449051, Programa de Trabalho 03122058170890734; Nota de Empenho: nº 2014NE000753, de 03/12/2014; Signatários: pelo Contratante, Flávio Roberto Martins de Matos, e pela Contratada, Hermes da Fonseca Neto; Data da Assinatura: 24/02/2016.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DO MATO GROSSO DO SUL

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Extrato do primeiro termo aditivo ao contrato nº 07/2015. P.A. n.º 1.21.000.000218/2015-73 Contratante: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul. Contratada: SJT Segurança e Vigilância Patrimonial Ltda - EPP. Objeto: Alterar o Contrato Original de Prestação de serviço de vigilância armada no Edifício-Sede da Procuradoria da República MS em Campo Grande e nas sedes das Procuradorias da República nos Municípios de Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã, Coxim e Naviraí da seguinte forma: Cláusula Segunda - da Especificação dos Serviços, para suprimir um posto 12x36 diurno da PR/MS, um posto 44h da PRM Três Lagoas e um posto 44h da PRM Coxim; Cláusula Décima - do Prazo de Vigência, para o período de 21/05/2016 a 20/05/2017; Cláusula Décima - do Preço, para o valor mensal de R\$ 165.531,23; e Cláusula Décima Quinta - da Garantia Contratual, para o valor de R\$ 99.318,54. Fundamento Legal: Art. 57, II, e Art. 65, I, "b", ambos da Lei nº 8666/93. Elemento de Despesa: 339037. Programa de Trabalho: 03062058142640001. Data da Assinatura: 29/02/2016. Assinam: Tânia Akemi Fujisawa Uemura - Secretária Estadual, pela Contratante; Adilson João Bevilacqua e Roque Antonio Cocco - Sócios-Proprietários, pela Contratada. Ratificação da Autoridade Superior: Emerson Kalif Siqueira.

Extrato do primeiro termo aditivo ao contrato nº 02/2016. P.A. n.º 1.21.000.002177/2015-50. Contratante: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul. Contratada: Bispo's Serviços Gerais - EIRELI ME. Objeto: Alterar o Contrato Original de Prestação de serviços continuados de copeiragem para a sede da Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul em Campo Grande e para as PRMs de Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã, Coxim e Naviraí, e recepção para a sede da Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul em Campo Grande e PRM de Naviraí da seguinte forma: Cláusula Décima Primeira - do preço, para o valor mensal de R\$ 19.256,45 - supressão de um posto de copeira e um de recepção, ambos na PR/MS em Campo Grande, e Cláusula Décima Quarta - da garantia contratual, para o valor de R\$ 11.999,60, a partir de 01/03/2016. Fundamento Legal: Alínea "b" do inciso I do Art. 65 da Lei nº 8666/93. Elemento de Despesa: 339037. Programa de Trabalho: 03062058142640001. Data da Assinatura: 29/02/2016. Assinam: Tânia Akemi Fujisawa Uemura, Secretária Estadual, pela Contratante; Ademir Bispo do Carmo, Proprietário, pela Contratada. Ratificação da Autoridade Superior: Emerson Kalif Siqueira.

Extrato do nono termo aditivo ao contrato nº 02/2012. PA n.º 1.21.000.001278/2011-80. Contratantes: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul e a empresa Sílvia Helena Fernandes Jucá ME. Objeto: Alterar o Contrato Original de Prestação de Serviços de Telefonista para a PR/MS da seguinte forma: Cláusula Segunda - Da Especificação dos Serviços, para suprimir um posto de telefonista: Cláusula Sétima - Do Preço, para o valor mensal de R\$ 5.911,39 a partir de 01/01/2016, e R\$ 2.955,70 a partir de 01/03/2016; e Cláusula Décima - Da Garantia Contratual, para o valor de R\$ 2068,99. Fundamento Legal: Art. 5º do Decreto nº 2.271/1997, Art. 3º da Lei nº 10.192/2001, Art. 4º do IN/SLTI/MP nº 02/2008 e Alínea "b" do inciso I do Art. 65 da Lei nº 8666/93. Elemento de Despesa: 339037 Programa de Trabalho: 03062058142640001. Data da Assinatura: 29/02/2016. Assinam: Tânia Akemi Fujisawa Uemura, Secretária Estadual, pela Contratante, e Sílvia Helena Fernandes Jucá, Proprietária, pela Contratada. Ratificação da Autoridade Superior: Emerson Kalif Siqueira.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DE MINAS GERAIS

AVISO DE PENALIDADE

A Procuradoria da República em Minas Gerais torna público que o Dr. Bruno Nominato de Oliveira, Procurador Chefe, após análise do recurso apresentado pela empresa, determinou que seja aplicada à Santo Expedito Instalações e Manutenção Elétrica LTDA - EPP, CNPJ 11.122.064/0001-81, a penalidade de multa de R\$ 20.882,70 (vinte mil, oitocentos e oitenta e dois reais e setenta centavos), nos termos da Cláusula Décima Quinta do contrato 38/2014, combinado com o artigo 87, II, da Lei 8.666/1993, e do Processo Administrativo 1.22.000.003342/2015-53. Franqueada a apresentação de defesa no prazo de até 5 (cinco) dias úteis desta publicação.

BRUNO NOMINATO DE OLIVEIRA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DO PARÁ

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: Primeiro Termo Aditivo para Suspensão da execução do contrato. Contrato nº 19/2015 referente à ARP PRT 8º, derivada do Pregão Eletrônico SRP/PRT8º nº 03/2015. Objeto: Serviço de Mensageiro na Procuradoria da República no município de Itaituba. Contratada: L. G. SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA, CNPJ/MF nº 06.028.733/0001-10. Fundamento: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto nº 3.555/2000 e Decreto nº 5.450/05. Processo: 1.23.000.002751/2015-03. Elemento de despesa: 339037. Plano Interno: IMPLANTAC2. Nota de empenho: 2016NE000207, tipo global. Valor Empenhado: R\$ 752,67 (proporcional ao período de 01 a

10/02/2016). Assinatura: 16/02/2016. Vigência: 28.12.2015 a 28.12.2016 - Suspensão da execução a partir de 10/02/2016, por 90 (noventa) dias, até 10/05/2016. Signatários: Raimundo Hélio Nascimento Filho, pela contratante e Lúcia de Fátima do Nascimento, pela contratada.

Espécie: Primeiro Termo Aditivo para Suspensão da execução do contrato. Contrato nº 20/2015, referente à ARP PRT 8º, derivada do Pregão Eletrônico SRP/PRT8º nº 03/2015. Objeto: Serviço de Recepção na Procuradoria da República no município de Itaituba. Contratada: L. G. SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA, CNPJ/MF nº 06.028.733/0001-10. Fundamento: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto nº 3.555/2000 e Decreto nº 5.450/05. Processo: 1.23.000.002750/2015-51. Elemento de despesa: 339037. Plano Interno: IMPLANTAC2. Nota de empenho: 2016NE000209, tipo global. Valor Empenhado: R\$ 863,52 (proporcional ao período de 01 a 10/02/2016). Assinatura: 16/02/2016. Vigência: 28.12.2015 a 28.12.2016 - Suspensão da execução a partir de 10/02/2016, por 90 (noventa) dias, até 10/05/2016. Signatários: Raimundo Hélio Nascimento Filho, pela contratante e Lúcia de Fátima do Nascimento, pela contratada.

Espécie: Primeiro Termo Aditivo para Suspensão da execução do contrato. Contrato nº 21/2015, referente à ARP PRT 8º, derivada do Pregão Eletrônico SRP/PRT8º nº 03/2015. Objeto: Copeiragem na Procuradoria da República no município de Itaituba. Contratada: L. G. SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA, CNPJ/MF nº 06.028.733/0001-10. Fundamento: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto nº 3.555/2000 e Decreto nº 5.450/05. Processo: 1.23.000.002748/2015-81. Elemento de despesa: 339037. Plano Interno: IMPLANTAC2. Nota de empenho: 2016NE000203, tipo global. Valor Empenhado: R\$ 727,77 (proporcional ao período de 01 a 10/02/2016). Assinatura: 16/02/2016. Vigência: 28.12.2015 a 28.12.2016 - Suspensão da execução a partir de 10/02/2016, por 90 (noventa) dias, até 10/05/2016. Signatários: Raimundo Hélio Nascimento Filho, pela contratante e Lúcia de Fátima do Nascimento, pela contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Extrato do 4º termo aditivo ao contrato nº 9912318615. CONTRATANTES: Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. OBJETO: Prorrogar a vigência, a partir de 15/03/2016 até 14/03/2017, e alterar a Dotação Orçamentária do instrumento original. DATA/ASSINATURA: 29/02/16; Fábio Bosak Rodrigues pela Contratante e Carlos Henrique Richter e Djalmo de Ávila pela Contratada.

Extrato do 8º termo aditivo do contrato 31/2011. CONTRATANTES: Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, e a empresa CONSTRUTORA ABAPAN LTDA. OBJETO: alteração da CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO É TERCEIRA - DA DESPESA. DATA/ASSINATURA: 29/02/2016; FABIO BOSAK RODRIGUES, pela Contratante, RICARDO PRESTES MION, pela Contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DE RONDÔNIA

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Extrato do 2º termo aditivo ao contrato 07/2015. Contratante: União, por intermédio da Procuradoria da República no Estado de Rondônia. Contratada: ELETROPORTO SERVIÇOS LTDA.-ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.844.192/0001-73. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por finalidade suprimir um posto de Recepcionista e um posto de Telefonista na Procuradoria da República no Município de Porto Velho/RO e, ainda, um posto de Recepcionista da Procuradoria da República no Município de Ji-Paraná/RO, alterando, por consequência, a Cláusula Segunda - Do Valor. Processo Administrativo: 1.31.000.000115/2014-86. Fundamento Legal: Artigo 65 da Lei 8.666/93. Valor Anual do Termo Aditivo: R\$ 629.207,76 (seiscentos e vinte e nove mil e duzentos e sete reais e setenta e seis centavos). Vigência: Com efeitos a contar da data de 01/03/2016. Data da assinatura: 29/02/2016. Assinam: Pela Contratante, Agnaldo da Silva (Secretário Estadual da PR/RO) e, pela Contratada, Claybony Bezerra de Souza (Representante Legal). Testemunhas: Lílian Rafaeli Dutra Silveira (CPF 528.789.532-15) e Paulo Woida Neto (CPF 656.090.422-91).

Extrato do segundo termo aditivo ao contrato 07/2014. Contratante: União, por intermédio da Procuradoria da República no Estado de Rondônia. Contratada: R.E.D. PONTES-ME (CNPJ 03.417.593/0001-84). Objeto: Suprimir um posto de recepcionista na Procuradoria da República no Município de Vilhena/RO, alterando, por consequência, a "Cláusula Décima - Do Valor" do Contrato nº 07/2014. Processo Administrativo: 1.31.000.000081/2013-49. Fundamento Legal: Artigo 65, I, "b", da Lei 8.666/93. Valor: O valor global dos serviços contratados passará a ser de R\$ 263.462,52 (duzentos e sessenta e três mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta e dois centavos). Vigência: Com efeitos a contar da data de 01/03/2016. Data da assinatura: 29/02/2016. Assinam: Pela Contratante, Agnaldo da Silva (Secretário Estadual PR/RO) e, pela Contratada, Maria Antônia Rocha de Costa (Representante Legal). Testemunhas: Lílian Rafaeli Dutra Silveira (CPF 528.789.532-15) e Paulo Woida Neto (CPF 656.090.422-91).



PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 04/2016. Processo nº 1.32.000.000009/2016-27. Licitação de origem: Pregão Eletrônico SRP nº 01/2016. Unidade Gestora: 380006. Ata de Registro de Preços nº 01/2016. Resumo do objeto: Compra parcelada e sob demanda de 10.000 Litros de gasolina comum (Percentual de Desconto 3.5%) e 500 litros de óleo diesel S-10 (Percentual de Desconto 3.5%). Contratada: AUTO POSTO ABEL GALINHA LTDA. (CNPJ nº 00.376.437/0001-24). Valor do contrato: Até R\$ 38.914,15. Data da assinatura: 01/03/2016. Vigência: 01/03/2016 a 28/02/2017. Assinaram: pelo Contratante, Igor José Barbosa Duarte Lopes (Secretário Estadual); pela Contratada, Vitor Mateus (Procurador).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº 1.32.000.001104/2014-86. Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2015. Contratante: Procuradoria da República no Estado de Roraima (U.G. 380006). Contratada: CLARO S.A. (CNPJ 40.432.544/0001-47). Licitação de referência: Pregão nº 03/2015. Objeto contratado (resumo): telefonia continuada em telefonia fixa de longa distância nacional e internacional. Objeto do aditivo (resumo): prorrogação da vigência do contrato, para o período de 26/03/2016 a 25/03/2017 (12 meses), sendo esta a 1ª prorrogação; Fundamentos legais: art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993. Data do Aditivo: 26/02/2016. Assinam o instrumento: pela Contratante, Igor José Barbosa Duarte Lopes (Secretário Estadual); pela Contratada, Roberta Geronimo Gonso e Patricia Carneiro Gomes (Representantes).

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
DA 3ª REGIÃO**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 21/2013, firmado entre a União, por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região, e a CLARO S/A. Objeto: Alterar a Cláusula Décima Terceira - Do Valor, passando o valor estimado mensal do Contrato a ser de R\$ 9.093,80 (nove mil, noventa e três reais e oitenta centavos), com fulcro no inciso II, do §2º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93. Data da assinatura: 22/02/2016. Assina pela Contratante, Dra. Adriana Augusta de Moura Souza, Procuradora - Chefe, e pela Contratada, Sra. Roberta Jerônimo Gonso, Gerente Executiva de Contas e Sra. Patrícia Carneiro Gomes, Gerente Executiva de Vendas.

**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
DA 6ª REGIÃO**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2016

Processo: 2.06.000.008195/2015-04. Contratante: Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região, CNPJ nº 26.989.715/0037-13. Contratada: GAMA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ nº 18.255.981/0001-83. Objeto: Aquisição de 5 esterilizadores de ar. Vigência: 12 meses, contados da data de recebimento definitivo do objeto. Valor total contratado: R\$ 1.471,35. Assinam: Carlos Antônio Ferreira Carvalho, pela Contratante, e o Sr. Ezequiel Zacarkim, pela Contratada. Data de Assinatura: 01/02/2016.

**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
DA 7ª REGIÃO**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do 4º termo aditivo. Contratantes: Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região e a Missão Serviços Técnicos Ltda. Objeto: Prorrogação do Contrato N.º 13/12. Fundamento Legal: Arts. 57, II, Lei n.º 8.666/93. Vigência: 23/4/2016 a 22/4/2017. Assinatura: 03/03/2016. Assinam: Carlos Leonardo Holanda Silva, Procurador-Chefe, pela contratante e Marialda Lopes Camelo, Sócia-Administradora, pela contratada.

**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
DA 8ª REGIÃO**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de nº 10/2014 de prestação de serviços de vigilância armada firmado entre a União Federal - Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região e a empresa ESE Segurança Privada LTDA. Objeto: Fica repactuado o valor do contrato para R\$ 20.685,78 com efeitos financeiros a partir de Janeiro de 2016; ficam ratificadas as demais cláusulas e condições contidas no instrumento original. Data da Assinatura: 01/02/2016. Assinam: Hideraldo Luiz de Sousa Machado, Procurador-Chefe da PRT-8ª Região, Sra. Kátia de La Rocque Bevilacqua, pela contratada.

**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
DA 9ª REGIÃO**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratante: União Federal/PRT 9ª Região. Contrato nº 009/2012. Contratada: COPEL TELECOMUNICAÇÕES S/A. Espécie: Quarto Termo Aditivo. Objeto: a) Reajustar os valores mensais em 11,12%, e b) Prorrogar a vigência até 26/02/2017. Assinam: Procurador-Chefe pela Contratante e Wesley de Souza Carvalho pela Contratada. Curitiba, 16/02/2016.

**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
DA 14ª REGIÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
PREGÃO Nº 22/2015**

Informamos que no pregão em epígrafe, cujo objeto é a aquisição de suprimentos para servidores e storage, os itens foram cancelados na aceitação em razão de exigência de documentação no termo de referência que frustrou o caráter competitivo do certame, dessa forma, a licitação restou fracassada.

LUÍS FERNANDO TARRAM VIA
Pregoeiro

(SIDECA - 03/03/2016) 200095-00001-2016NE000001

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2015-MPM. Processo nº: 08160.000439/2016-87. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: Braserv Ltda.-EPP. CNPJ: 94.331.832/0001-34. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de prestação de serviços de manutenção e conservação do jardim, bem como dos vasos de plantas ornamentais da Sede da Procuradoria de Justiça Militar em Porto Alegre/RS. Vigência: 13/2/2016 a 12/2/2017. Data de assinatura: 12/2/2016. Assinam: Jaime de Cassio Miranda, Diretor-Geral, pelo MPM e Marcelo de Castro Lima, pela contratada.

AVISO DE PENALIDADE

Processo: 08160.010429/2015-79.
O Ministério Público Militar informa que, decorrido o prazo de defesa prévia, foi aplicada à empresa E. L. ANDRADE - ME, CNPJ/MF nº 04.135.894/0001-88, a penalidade de multa no valor de R\$ 12.712,18 (doze mil, setecentos e doze reais e dezoito centavos) e rescisão unilateral do Contrato nº 8/2015-MPM, a contar de 14 de março de 2016. Fundamento Legal: Multa: inciso II do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993. Rescisão: inciso I do artigo 79 da Lei 8.666/93. Os autos encontram-se com vista franqueada, conforme determina a legislação em vigor.

JAIME DE CASSIO MIRANDA
Diretor-Geral

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL
E TERRITÓRIOS**

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Espécie: 1º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 045/20151TA. Processo nº 08190.184240/15-20. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA.; CNPJ: 00.710.799/0001-00. Objeto: Substituir, excepcionalmente, os Part Numbers dos ITENS 1 - ExchgSvrEnt 2013 SNGL MVL (de 395-04489 para 395-04563) e 5 - Outk 2013 SNGL MVL (de 543-06090 para 543-06526), face a descontinuidade dos part numbers registrados pelo fabricante, sem ônus adicional ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, tendo em vista a manifestação do Departamento de Tecnologia da Informação e a compatibilização das características técnicas com aquelas exigidas no edital. Emitente UG/Gestão 200009/MPDFT/00001 - Tesouro Nacional. Signatários: MPDFT: Wagner de Castro Araújo, Diretor-Geral; CONTRATADA: Ricardo da Silva Podda Júnior, Sócio-Diretor. Data da assinatura: 22/2/2016.

RETIFICAÇÃO

No extrato, publicado no D.O.U - Seção 3, de 3/3/2016, página 105, coluna 3, onde se lê: "4º Termo Aditivo ao Contrato nº 008/DG/MPDFT/2014", leia-se: "3º Termo Aditivo ao Contrato nº 008/DG/MPDFT/2014".

Tribunal de Contas da União

**AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 9/2016 - UASG 030001**

Nº Processo: 026.626/2015-2 . Objeto: Pregão Eletrônico - A contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de dedetização em todas as áreas internas e externas dos Edifícios Sede, Anexos I, II, III, Instituto Serzedello Corrêa ? ISC, Canteiro de obras da Escola Superior de Controle ? ESUC, do Tribunal de Contas da União ? TCU, em Brasília-DF, em regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações constantes neste Edital. Total de Itens Li-

citados: 00001. Edital: 04/03/2016 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h59. Endereço: Setor de Administracao Federal Sul; Lote 1, Sala 140 Asa Sul - BRASILIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/030001-05-9-2016. Entrega das Propostas: a partir de 04/03/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 16/03/2016 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

(SIDECA - 03/03/2016) 030001-00001-2016NE000001

PREGÃO Nº 10/2016 - UASG 030001

Nº Processo: 024.099/2015-5 . Objeto: Pregão Eletrônico - A presente licitação tem como objeto o fornecimento de impressora em braille e abafador, incluindo garantia pelo período de 36 (trinta e seis) meses, conforme especificações constantes do Anexo I ? Termo de Referência. Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 04/03/2016 de 09h00 às 12h00 e de 14h às 17h59. Endereço: Setor de Administracao Federal Sul; Lote 1, Anexo I, Sala 103 Asa Sul - BRASILIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/030001-05-10-2016. Entrega das Propostas: a partir de 04/03/2016 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 16/03/2016 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

NATHALIA BALDEZ DOROTEU
Pregoeira

(SIDECA - 03/03/2016) 030001-00001-2016NE000001

**SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
DA ÁREA SOCIAL E DA REGIÃO NORDESTE
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DO CEARÁ**

EDITAL Nº 33, DE 1º DE MARÇO DE 2016

TC 012.312/2012-6 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica citada a empresa MCP - Projetos e Construções Ltda., Cnpj 05.177.168/0001-90, atinente ao processo de tomada de contas especial da Prefeitura Municipal de Pacatuba/CE, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à ocorrência e conduta descrita a seguir e/ou recolher aos cofres do Tesouro Nacional, valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor.

Data de ocorrência	Valor (R\$)
31/1/2007	33.398,90
29/6/2007	44.923,71
18/1/2008	2.109,88

Os débitos são decorrentes da seguinte ocorrência: não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos do Contrato de Repasse 179348-57 (Siafi 550539), celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Pacatuba/CE, em razão da ausência de nexo causal entre os recursos repassados e a consecução de seu objeto, bem como a contratação da empresa MCP - Projetos e Construções Ltda., que não possuía capacidade operacional para a realização do objeto do ajuste, conforme descrito no item 3.3 do Relatório de Fiscalização - TC 030.945/2011-9 e, considerando ainda as informações, indícios e provas apontadas na última instrução e colhidas em inspeção junto a Justiça Federal e Polícia Federal. Conduta da empresa: na condição de licitante e contratada, participou da execução fraudulenta do Contrato de Repasse 179348-57, visto que não detinha capacidade operacional para a execução da obra contratada. A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento dos débitos atualizados e acrescidos de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992).

JEFFERSON PINHEIRO SILVA
Secretário
Substituto

**COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
DA ÁREA DE INFRAESTRUTURA E DA REGIÃO
SUDESTE**

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
NO RIO DE JANEIRO**

EDITAL Nº 6, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

TC 004.276/2015-9- Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA a associação Apoio ao Trabalhador Autônomo (ATA), CNPJ: 04.011.396/0001-23, na pessoa de seu representante legal, do Acórdão 875/2016-TCU-1ª Câmara, Sessão de 16/2/2016, proferido no processo TC 004.276/2015-9, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, a condenou a recolher aos cofres do Tesouro Nacional (mediante GRU, código 13902-5), valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência, acrescidos dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 26/2/2016: R\$ 2.946.388,54; sendo em solidariedade com a responsável Michelle Plubins Bulkool, CPF 042.697.187-65. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da